



# Terceirizar não é proibido

O Sindicato dos Técnicos em Radiologia do Estado de São Paulo – SINTARESP – deflagrou nos últimos meses uma campanha pelo fim das terceirizações nos serviços que utilizam as técnicas radiológicas no Estado de São Paulo.

Alegam os dirigentes do sindicato que a terceirização é uma forma de relação prejudicial ao prestador de serviço, que não pode usufruir dos benefícios de uma relação empregatícia com vínculo à CLT. Acusam ainda as terceirizações de serem as responsáveis pelos altos índices de desemprego nesta área. Outras mazelas da profissão também encontram respostas nesta forma de relação de trabalho.

Antes, porém, de iniciarmos qualquer discussão, é importante esclarecer que a terceirização é uma forma de relação de trabalho prevista na legislação, portanto, terceirizar não é proibido.

Sob o prisma das vantagens trabalhistas previstas na CLT não há como discordar do sindicato, mas ambas as formas de relação de trabalho apresentam suas vantagens e desvantagens, de forma que, este é um tema complexo e que merece ser abordado de forma imparcial e isenta de interesses.

A radiologia é, dentro da unidade hospitalar, considerada serviço médico auxiliar, cuja atividade é de apoio ao tratamento através do diagnóstico por meio de imagens.

O problema surge, no entanto, porque nem todas as terceirizações são feitas nos moldes legais. Em muitos casos o que se observa é a

ganância de certos donos de serviço que, para obterem lucros cada vez maiores, contratam mão de obra não qualificada ou, submetem os seus funcionários a regimes de trabalho superiores aos definidos pela legislação. Isto é inaceitável e precisa mesmo acabar. Neste aspecto, o problema não é só do sindicato, mas de toda a sociedade.

Felizmente esta não é a regra. A maioria das empresas que terceirizam os serviços técnico-radiológicos o fazem nos moldes legais de forma que o problema passa a ser o de opção no estabelecimento de vínculo com o empregador. A terceirização possui peculiaridades e riscos próprios como em todas as relações bilaterais, mas sou de opinião que, cabe ao profissional o direito de decidir se o mesmo quer ter uma relação formal, com carteira assinada, nos moldes da CLT ou, se quer estabelecer uma relação de parceria através de um vínculo de terceirização.

Muitas empresas de prestação de serviços, nesta área, estabelecem contratos com clínicas e/ou hospitais com nítidas vantagens para ambas as partes, tudo dentro dos limites legais, da ética, da boa-fé, onde os prestadores de serviço percebem ganhos muito superiores ao que o mercado formal paga aos funcionários com carteira assinada. Nessas empresas os profissionais são diferenciados pela qualidade de serviço que apresentam. Há nítida manifestação de reconhecimento de valores pelo corpo clínico do hospital, administradores e pacientes em geral.

Engana-se o sindicato quando atribui às terceirizações a responsabilidade pelo largo desemprego nesta área. A questão do desemprego é, antes de mais nada, um problema nacional. Todas as profissões, em maior ou menor escala, sofrem este infortúnio, e nós também não estamos isentos disto.

A campanha do sindicato não me parece uma justa reivindicação da classe. Trocar a terceirização por contratos regidos pela CLT, não aumenta o nível de ganho dos técnicos em radiologia. Tampouco se abre o mercado de trabalho para novos profissionais. Ao que tudo indica a campanha deflagrada pelo sindicato só surtirá efeito no próprio caixa, quando os profissionais que trocarem a terceirização por contratos regidos pela CLT, passarem a destinar anualmente a quantia equivalente a um dia de trabalho a título de contribuição sindical. Tudo dentro da legislação em vigor.

*Fonte: Texto extraído da Revista do CRTR - 5ª Região, janeiro/fevereiro/março - ano VIII - nº 23*



*Sr. Almir Inácio da Nóbrega é Técnico em Radiologia e Presidente do CRTR-SP*